

Processo Licitatório nº 051/2017

Ref.: RECURSO ADMINISTRATIVO – Processo Licitatório nº 051/2017

At. Sr. Pregoeiro do Processo Licitatório nº 051/2017

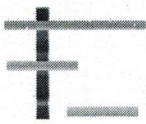
CARLA ROBERTA DE CASTRO MATOS - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 16.568.650/0001-78, com sede e foro na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Rua Conde Ribeiro do Vale, 147, Sagrada Família, CEP 31.030-470, neste ato representado CARLA ROBERTA DE CASTRO MATOS, Engenheira Civil, 5062159640/D CREA-SP, CPF 295.125.858-55, casada, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Sa. com fulcro no art 37 da CF/88 cc as Leis: nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (nos casos expressamente previstos na lei antes mencionada), na Lei nº 12.462 de 5 de agosto de 2011, na Lei nº 12.722, de 3 de Outubro de 2012, Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006, além de, subsidiariamente, na Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999, de acordo com as exigências e demais condições e especificações expressas no Edital e em seus anexos, **INTERPOR RECURSO ADMINISTRATIVO**, contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que inabilitou a recorrente, e o faz alicerçado nas razões de fato e de direito a seguir articuladas, haja vista que a decisão atacada padece de vício de legalidade e constitucionalidade.

I – DOS FATOS SUBJACENTES:

Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o presente certame licitatório, a recorrente veio dele participar com a mais estrita observância das exigências contidas no Edital Pregão eletrônico Nº 0051/2017, do processo de compra: 1091040 000051/2017.

A douta Comissão de Licitação julgou a subscrevente inabilitada ao argumento de que *"O fornecedor F000158 não apresentou documentos (coletas de preços, notas fiscais, contratos, etc) que comprovem todos os custos constantes da Planilha de custos detalhada, nos termos do item 9.7.1.2 do Edital, em atendimento à diligência solicitada pelo setor técnico. Registrou o setor técnico em sua manifestação que as planilhas enviadas pela Carla Roberta de Castro Matos-EPP (fornecedor F000158), conforme declarado pela própria empresa na carta resposta, foram copiadas das planilhas elaboradas pela empresa Construtora Ambiental Ltda. (disponibilizada no site do MPMP) e posteriormente utilizadas no programa de orçamento de obras ORSE – Orçamento de Obras de Sergipe, o que não comprova a solicitação exigida."* impedindo.

O ato administrativo que inabilitou a licitante, promovido pela comissão da licitação acima transcrito deve ser revisado, haja vista, que tal ato, violou os princípios da Legalidade, da razoabilidade, da vinculação ao edital, da adjudicação compulsória e, notadamente, da escolha da proposta mais vantajosa para a administração pública, mormente, quando o órgão licitante é o principal tutor dos interesses da sociedade.



Cumpra esclarecer inicialmente, que o recorrente foi classificado a apresentar sua proposta de preço, visto que goza da condição de EPP, com amparo na Lei complementar 123/06.

De efeito, ao analisar a planilha de preços unitários apresentada pela recorrente, a comissão constatou que a mesma apresentava valores constantes da planilha da Ambiental Engenharia, inclusive o mesmo título da Planilha, violando as disposições do item 9.7.1.2 do edital.

Restou assim redigida tal exigência: (*in verbis*)

9.7.1 O licitante deverá demonstrar a exequibilidade do seu preço através da documentação abaixo:

9.7.1.1 Planilha de custos detalhada elaborada pelo licitante;

9.7.1.2 Documentos que comprovem os custos constantes da planilha do subitem anterior.

Da interpretação das disposições elencadas nas cláusulas 9.7.1, 9.7.1.1 e 9.7.1.2, conclui-se que o tomador do serviço quis garantir que os serviços licitados sejam exequíveis, para tanto, exigiu dos licitantes que estes apresentassem uma planilha de custos detalhadas (cláusula 9.7.1.1) e que as informações de preços contidas na referida planilha, viessem calçadas em documentos que comprovassem os custos nela exprimidos.

Ressalta-se que o recorrente cumpriu, a rigor, as exigências a ele impostas por esta comissão. O documento que comprova, por excelência, que os preços praticados pelo recorrente são exequíveis, é, sem sombra de dúvidas, o orçamento.

No caso, o recorrente visando provar a exequibilidade dos preços enviou a esta comissão, os arquivos anexos: 20171127_Mail Coleta Preços Pisos, datado de 27/11/2017 13:47, 20171127_Orçamento Só Piso, datado de 27/11/2017 16:42 e Proposta Orçamento Só Piso, datada de 27/11/2017, os quais demonstram que, em data anterior a abertura do certame, este havia feito consulta de preços do valor dos pisos, carpete e pvc, o quais serviram para alimentar a planilha. É inconteste que ninguém consegue alterar datas e horários de correspondências eletrônicas, portanto, admitido que as datas e horários das correspondências eletrônicas não podem ser modificadas, restando claro que a coleta de preços que alimentou a planilha foi feita pela própria licitante e não extraída de documentos da Empresa Ambiental Engenharia.

O fato da recorrente ter apresentado sua planilha contendo os mesmos valores e títulos da planilha de sua concorrente **não levam à conclusão da inexecutabilidade dos serviços**, porque os valores contidos na planilha foram conseguidos através de orçamento feito pelo recorrente. A conclusão óbvia, racional e objetiva, é que o recorrente cometeu um erro material e não um erro formal. Ademais disto, tal erro material foi reparado com o envio do arquivo http://www-antigo.mpmg.mp.br/sistemas/index.php/licitacao/processosolicitatorio/downloadarquivo.php?id_arquivo=5238.



Assim sendo, o recorrente não violou nenhum princípio Constitucional, legal ou editalício, tornado o ato de sua desclassificação ilegal obrigando que o mesmo seja revisto por esta comissão.

Corroborando o raciocínio encetado constata-se também, pela imagem 01 - Captura de tela programa, ORSE 1º Orçamento, datada de 23/11/2017 17:45, que o 1º. Orçamento do referido Pregão eletrônico Nº 0051/2017, foi elaborado em data anterior ao certame em questão, **comprovando que não foram reutilizadas planilhas disponibilizadas no site MPMG**, para elaboração do orçamento de obras realizado pela construtora licitante.

Ad argumentandum, o recorrente executou recentemente uma obra para a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, CONTRATO Nº 9144799/2017, cujos serviços possuem idêntica especificações técnicas dos solicitados neste Edital Pregão eletrônico Nº 0051/2017, tais como Serviços de Remoção e Demolição, Divisórias de Gesso Acartonado, Forros de Gesso, Serviços de Esquadrias de Madeira, Armários e Mobiliário, Revestimentos, Pisos inclusive Carpete com as mesmas características Técnicas, Pintura, Instalações Elétricas e de Telecomunicações, aptos a demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

Necessário ressaltar que a adjudicação do objeto ao vencedor do certame é ato vinculado e não discricionário, ou seja, uma vez que o recorrente respeitou a lei e o edital, o objeto deve ser adjudicado a ele através do contrato. Qualquer decisão em sentido contrário violará o princípio da legalidade e da isonomia que orientam os processos licitatórios tornando o ato administrativo nulo e imprestável.

Por fim, indispensável dizer que, o recorrente apresentou a proposta mais vantajosa administração. A proposta apresentada pelo primeiro classificado, Ambiental Engenharia, foi de R\$ 344.688,00 (trezentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e oito reais), ao passo que a proposta de preços apresentada pelo recorrente, foi de R\$ 344.676,70 (trezentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e setenta e seis reais e setenta centavos).

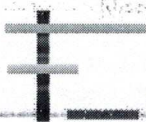
Despiciendo dizer, que toda licitação colima para um fim, qual seja, que a administração selecione uma proposta que lhe seja mais vantajosa. Neste sentido, a proposta apresentada pela recorrente foi mais vantajosa para administração, de sorte que, a sua desclassificação por erro material, implicará na contratação pela administração daquele licitante que ofertou o **MAIOR PREÇO**, vulnerando o referido princípio e tornando nulo o ato administrativo.

II- DOS PEDIDOS E REQUERIMENTO

Por todo o exposto e demonstrado nas razões recursais, requer que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão de que culminou na desclassificação da recorrente e que, por via de consequência, adjudique e homologue o objeto licitado a este.

Requerer ainda a juntado dos documentos mencionados nas razões recursais

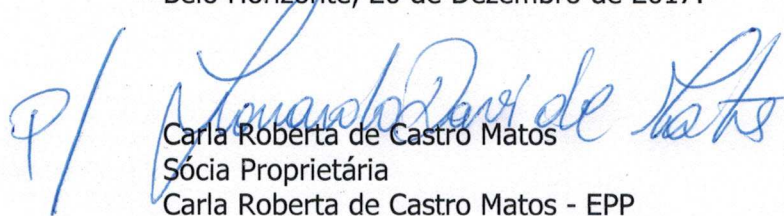
Nestes Termos P. Deferimento



FUSCO ENGENHARIA

057GE-17

Belo Horizonte, 20 de Dezembro de 2017.


Carla Roberta de Castro Matos
Sócia Proprietária
Carla Roberta de Castro Matos - EPP

Relação de documentos anexos:

CONTRATO Nº 9144799/2017 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS
GERAIS,
20171127_Mail Coleta Pisos
20171127_Orçamento Só Piso
Orçamento So Piso
CAT_1420170008785
imagem 01 - Captura de tela programa, ORSE 1º Orçamento, datada de 23/11/2017
17:45